

DIÁSPORA INDÍGENA NO SERTÃO DAS JACOBINAS (1673-1706)

Solon Natalicio Araújo dos Santos¹

Resumo

Este estudo pretende abordar as experiências e as relações sociais dos índios do sertão das Jacobinas, a partir do contexto de dispersão desses grupos após a “Guerra dos Bárbaros”. Durante a segunda metade do século XVII, o projeto colonial passou por um processo de interiorização, penetrando os sertões por meio da expansão da pecuária, das ações de missionários, das expedições em busca de metais, pedras preciosas e de *negros da terra*. Entretanto, esta ocupação do território teve como obstáculo os povos indígenas genericamente denominados de “tapuias”. O resultado do choque entre o movimento colonizador do interior e os povos habitantes do sertão foi “uma série heterogênea de conflitos” que ficou conhecida como “Guerra dos Bárbaros”. Esse conjunto de conflitos consistiu em uma emaranhada rede de relações envolvendo diversos grupos indígenas, distintas ordens religiosas, diferentes interesses de poderosos sesmeiros, mercenários paulistas e autoridades coloniais. As possibilidades de dispersão dos “tapuias” eram as “fugas para o mato”, os aldeamentos missionários ou os administrados por particulares. A proposta desta pesquisa é analisar a inserção social e atuação política dos índios do sertão das Jacobinas na sociedade colonial a partir da exploração do seu trabalho nas minas de ouro, salitre e condução das boiadas, e também no combate a outros índios ou africanos e crioulos hostis.

Palavras-chave

Sertão das Jacobinas, aldeamentos, resistência adaptativa.

Num mundo de fronteiras dissolvidas e de continuidades rompidas, as velhas certezas e hierarquias de identidades são postas em questão. A diáspora tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação. A intensificação das relações de contato e conquista decorrentes do processo de colonização levou à produção de novas identidades, as chamadas identidades diaspóricas. Segundo Stuart Hall, os confortos da “Tradição” são fundamentalmente desafiados pelo imperativo de se forjar uma nova auto-interpretação, baseada nas responsabilidades da “Tradução cultural” (2006, p. 84-7).²

Este estudo pretende abordar o processo de re-elaboração de identidades, as experiências e as relações sociais dos índios do sertão das Jacobinas, a partir da situação de dispersão desses grupos durante a Guerra dos Bárbaros e as opções de deslocamento para os aldeamentos (missionários, particulares e régios) ou para um sertão mais longínquo.

A Jacobina do século XVII correspondia a um “terreno vastíssimo composto de serras altíssimas, e extensas em partes, quando em partes, tem planícies imensas, e terras menos altas” (VILHENA, 1968, p. 561). Região que, segundo Afonso Costa, tornou-se conceito de “tudo quanto se contasse fóra do recôncavo e do litoral”, “um nome opulentado de grandezas e de misérias” por seus metais e índios bravos (1916, p. 252).

O sertão das Jacobinas, “um espaço imaginário” geograficamente situado no centro da Capitania da Bahia, atual Piemonte da Chapada Diamantina, sem contornos precisos, possivelmente estendia seus limites no sentido N/S entre os rios Itapicuru Açu e Paraguaçu, e W/E entre o Médio São Francisco e o Recôncavo baiano. Essa região serviu como cenário para os movimentos de ocupação e povoamento de variados agentes colonizadores (exploradores, curraleiros, missionários, soldados, autoridades, africanos, crioulos, mamelucos), mas também para o despovoamento e interação de diversas etnias indígenas (payayá, sapoiá, tocos, moritises, maracás, secaquerinhens, cacherinhens, caimbés, pankararu, ocren, oris, tamaquins, anaios, topins e amoipiras).

O fascínio pelo sertão das Jacobinas despertou o imaginário dos colonos desbravadores dos sertões da Bahia, ambiciosos por ouro e pedras preciosas, mas também receosos pelos bárbaros “Tapuias”.

Sobre os Tapuias, diz Simão de Vasconcelos:

Desta afirmam muitos, que compreende debaixo de si perto de um cento de línguas diferentes; e por conseguinte outras tantas espécies: a saber, Aimorés, Potentus, Guaitacás, Guaramonis, Goaregoarês, Jeçaruçus, Amanipaqués, Paieás: seria cansar contar todas (1977, p. 110).

A noção de Tapuia foi construída a partir dos contatos entre a frente colonizadora e os povos indígenas do sertão ao longo dos séculos XVI e XVII, adquirindo a conotação do “outro”, um sentido de alteridade, um inimigo tanto dos povos tupi quanto do projeto colonial e dos princípios cristãos. Além do mais, a ideia de “Tapuia” também está representada pela oposição entre o litoral colonizado e o sertão indômito (POMPA, 2003, p. 221-3). Sendo, pois, considerado pelos colonizadores como um verdadeiro “muro do demônio” do sertão (PUNTONI, 2002, p. 61-71).

Os temidos “Tapuias” do Sertão das Jacobinas no século XVII eram identificados como os índios payayá, sapoiá, tocos, moritises, maracás, secaquerinhens, cacherinhens, caimbés,

pankararu, ocren, oris, tamaquins, araquenas, anaios, topins.³ Desses tapuias das Jacobinas, um dos mais cuidadosamente descritos pelos documentos coloniais foram os payayá.

Do ponto de vista lingüístico, os payayá, juntamente com os sapoiá, maracás e moritises, faziam parte da família Kariri, ramo que sequencialmente é atribuído ao tronco Macro-Jê (OTT, 1958, p. 30; URBAN, 1992, p. 90-1). Segundo Dantas Sampaio, a família Kariri predominava em uma região que abrangia desde o Ceará e a Paraíba até o sertão setentrional baiano (SAMPAIO, 1992, p. 432).

Estes grupos indígenas tinham o costume de invadir a região do Recôncavo para a pesca da tainha que, depois de salgada e triturada, gerava uma farinha de peixe (também chamada de farinha de guerra), que, quando misturada com a farinha de mandioca, tornava-se essencial para a sua subsistência no sertão, principalmente durante os períodos de secas prolongadas e de guerras, posto que este alimento durava meses (GANDAVO, 1980, p. 48; OTT, 1993, p. 35).

Por conseguinte, percebe-se que tais frequências ao litoral consistiam também em incursões de guerra contra os grupos Tupi. Os payayá, conforme Carlos Ott, “tratava-se, sem duvida, de uma nação forte e numerosa, e é provável que existissem ligações sociais entre vários grupos, pois de outra maneira não se explicava a sua resistência contra os portugueses” (1958, p. 19).

Conforme Maria Hilda B. Paraíso, entre as etnias Kariri “a poliginia era permitida e as separações dos casais encaradas com naturalidade” e sua organização familiar era matrilinear. Na política, “as lideranças tinham sua expressão máxima no período de guerra e o reconhecimento de sua autoridade advinha do número de parentes que lhes prestava apoio e aliança”. No cotidiano, “dormiam em redes, andavam nus e usavam botoques auriculares, pintando-se com genipapo e urucum”. Suas doenças “eram explicadas por fatores sobrenaturais”, como a ação de feiticeiros, “devendo o responsável ser eliminado pelos parentes dos atingidos” (1985, p. 15-6).

Provavelmente, os payayá desenvolveram uma sociedade baseada em comunidades que moravam em aldeias populacionais de alta mobilidade, as quais podiam transportar suas posses rapidamente para áreas mais ricas de meios de subsistência (HEMMING, 1998, p. 104).

Segundo Thales de Azevedo, por conta de suas longas peregrinações pelo litoral e sertões, os povos indígenas “adquiriram as experiências, o gosto da novidade, o domínio das emoções diante do inesperado e do novo”, que os habilitaria para os novos contatos com os europeus “e a

tomar de empréstimo, para incorporar em seguida, instrumentos, costumes e ideias trazidos pelo colono”:

As migrações tem o efeito de compor novas combinações de hábitos, de afrouxar a censura social, de modificar a maneira costumeira e tradicional de viver, estimulando o gosto da aventura e o desejo de novas experiências que o contato com outros povos proporciona e convida a tentar. Aliás, a tendência migratória já denuncia certo grau de adaptabilidade a mudanças de meio e de usos (1969, p. 74).

A expansão curraleira, a instalação das fazendas, a distribuição de sesmarias e a mineração do salitre e do ouro condicionaram o longo processo de construção colonial do Sertão das Jacobinas. O papel dos índios payayá, sapoiá e moritises diante do quadro de interiorização do Projeto Colonial dentro de seu território, oscilou entre a resistência e a cooperação.

Foram grandes proprietários das terras do Sertão das Jacobinas os Senhores D'Ávila da Casa da Torre, família que possuía duzentas e sessenta léguas pela margem esquerda do rio São Francisco e oitenta léguas pela margem direita do mesmo rio, o mestre de campo Antônio Guedes de Brito da Casa da Ponte, que possuía cento e sessenta léguas contadas desde o morro do Chapéu até o rio das Velhas, e João Peixoto Viegas, que havia incorporado as terras do Itapororocas e Jacuipe no Alto Vale do Paraguaçu (ANTONIL, 1982, p. 200; ABREU, 1963, p. 126).

Pelo sertão de baixo do Rio São Francisco, “nas terras que nunca foram povoadas de gente branca habitadas somente de muitas de Índios de diversas Nações, e linguas que nunca tiveram commercio com brancos” posto que não houvesse quem se “atrevesse a descobril-as e povoal-as em razão de se haver mister grande Cabedal de Fazenda para reduzir o dito gentio a Amisade,...”, o Padre Antonio Pereira, por carta de 30 de abril de 1654,

pede em nome de Sua Magestade dar de Sesmaria toda a terra que se achar da Barra do Rio do Salitre no lugar donde se mette no Rio de São Francisco..., incluindo-se tambem dentro nesta data a nascença do Rio Tapecuru e as Serras de Tigipilha e Jacobina com as mais que lhe ficarem de dentro desta data (DH, 19:442-9).

Em resposta à carta de Sua Majestade para o Governador Geral do Brasil D. Jerônimo de Ataíde, o Conde de Atouguia, sobre o pedido do Padre Antonio Pereira, da Casa da Torre, para a confirmação de certas terras, o Procurador da Coroa Tome Pinheiro da Veiga diz que “estas terras e Províncias das Capitâneas do Brasil, são tão dilatadas que é serviço e benefício devido a quem as pede para as abrir, povoar e habitar..., as darem de sesmaria livremente [...] contanto que não sejam as ditas de tão ampla largura que provavelmente as não possam beneficiar e cultivar” com que a data venha a ser impedimento e ocasião de se não poderem dar a outros que as possam cultivar pelo tempo adiante” (DH, 66:118-20).

Ainda de acordo com a carta de sesmaria de 2 de março de 1655, registrada no Livro da Fazenda em 9 de março de 1655 pelo Conde de Atouguia,

Antonio de Britto Corrêa, e seu filho o Capitão Antonio Guedes de Britto haviam povoado com quantidades de Gados, muitos escravos, e creados uma data de terra, onde chamam os Tacos, e Pendacetuba fronteira ao Gentio bravo: com cujas povoações haviam despendido muita fazenda, reduzindo-as a nossa comunicação, e que por nas ditas terras haver muitos mattos, e o Gado ir em tanto crescimento, que não tinha nellas campos em que o apascentar; e nas Cabeceiras das ditas suas terras, e datas entre os Rios de Jacuipe e Tapicurû (que a do Norte) nas cabeceiras da outra data delles impetrantes, que chamam o Cagague até sua nascença; havia alguns campos que se podiam aproveitar, e povoar, que nunca penetrara gente branca e estavam devolutas por terem muitos mattos, catingas e Serras infructiferas, e muito vizinhas ao dito Gentio, e elles queriam povoar, uma e outra cousa, por terem cabedal e fabrica bastante, e fazerem nisso particular serviço a Sua Magestade me pediam lhe fizesse mercê em seu Real nome dar-lhes de Sesmaria, e por devoluta toda a terra que houvesse e se achasse nas suas cabeceiras, entre os ditos dois Rios de Jacuipe e Itapicurû té suas nascenças, com todos os sacos enseadas, voltas recantos águas, mattos, e salinas, que se achassem: e da outra banda do dito Itapicurû da do Norte nas cabeceiras do dito Cagague entrando a varge do Toyuyuba, seis legoas de largo, e de comprimento indo pelo dito Itapicurû acima, té sua nascença, com todas enseadas, voltas,

recantos, águas e salinas, que houvesse: e tendo eu respeito a tudo o referido, e a Informação do Provedor-mor da Fazenda Real deste Estado, a me constar do grande cabedal dos impetrantes, e ao grande Serviço, que farão a Sua Magestade, e beneficio a esta republicca em cultivar e povoar aquellas terras. Hei por bem, e lhe faço mercê em seu Real nome de lhes dar de Sesmaria (como pelo presente faço) as referidas terras assim e da maneira que confrontam, e as pedem com todas suas águas, pontas, enseadas, campos, madeiras, testadas e logradouros as quaes lhes dou livres, e isentas, e desimpedidas, de foro, tributo ou pensão alguma, salvo Dizimo a Deus, que pagarão dos fructos e creações que nellas houverem (DH, 28:339-41).

Assim, o que se formou nos sertões “de dentro” e “de fora” foi uma sociedade pecuarista, dominada por grandes senhores de sesmarias, cujos detentores, em sua maioria, viviam em Olinda ou Salvador. De onde delegavam a administração de suas propriedades a procuradores, empregados, arrendatários ou pequenos criadores que implantavam os currais (ANDRADE, 2002, p. 103). Os primeiros povoadores do sertão não foram os donos das sesmarias, mas seus escravos e agregados, num período que ficou conhecida como “época do couro” (ABREU, 1963, p. 126-7). Pois diante da vida apertada no sertão tornou-se necessária para os colonos a utilização de utensílios dessa matéria-prima, além da adoção dos costumes e alimentos indígenas.

A criação de gado consistiu em um fator preponderante da penetração colonizadora do sertão. A partir de 1620, Francisco Dias D’Ávila, neto do primeiro Garcia D’Ávila, promoveu o povoamento dos altiplanos de Jacobina, levou o gado do Itapicuru para o médio São Francisco. Fez do boi o seu soldado. O rebanho arrastava o homem; atrás deste, a civilização. A terra ficava à mercê da colonização: ele a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aqueles animais levavam nas aspas as fronteiras da capitania. Dilatavam-na (CALMON, 1983, p. 41).

Contudo, a criação de gado teve como um dos seus obstáculos os índios chamados “Tapuias”. Por não quererem entregar suas terras ao gado e por desfrutarem deste contra a vontade

dos donos, muitas guerras foram movidas contra as tribos da família kariri e nação payayá. Pois, como observou John Hemming, “o gado era terrivelmente tentador para os caçadores índios” que “nunca tinham visto animais tão grandes e tão fáceis de caçar” (2007, p. 499). E concomitante à expulsão dos índios, novas terras foram incorporadas pelos sesmeiros da família D’Ávila. O segundo Garcia D’Ávila e o seu tio, o padre Antonio Pereira, “em 1658 e 59 conseguiram cinquenta léguas de novas sesmarias. E os cariris, rechaçados do morro do Chapéu para a margem direita do grande rio, cediam o lugar aos conquistadores” (CALMON, 1983, p. 72).

Além da frente pastoril, outro movimento que confrontou os colonizadores com os povos indígenas do sertão foi a busca por metais preciosos. Este foi o impulso que provocou os maiores transtornos aos índios, pois promoveu a penetração brusca e constante de populações para os territórios dos sapoiá, maracás e dos payayá. Não é a toa que muitas dessas expedições empreendidas por bandeirantes baianos e paulistas, juntamente com a tarefa de descobrir as minas de ouro e prata, também tinham o interesse de reprimir ou obter indígenas para servirem de mão de obra escrava:

Gaspar Rodrigues Adorno, Afonso Roiz Adorno e outros [bandeirantes] foram encarregados de reprimir os Índios confederados, fazer descobrimentos no centro da Bahia e norte das minas, franquear o sertão incógnito e fazer publicas as minas que nelle há (AAPEB, 1919, p. 155).

Estas bandeiras baianas visavam abastecer a demanda de mão de obra na região do Recôncavo, onde o trabalho indígena era essencial para os arrendatários, pequenos proprietários e produtores que se voltavam para o mercado regional (PARAISO, 1994, p. 206; SCHWARTZ, 1988, p. 40-73). Já para os paulistas, as frequentes incursões ao interior, como as que foram contratadas para combater os “Tapuias” do sertão da Bahia, buscavam alimentar uma crescente força de trabalho indígena que possibilitava a produção e o transporte de excedentes agrícolas na região do Planalto Meridional, e que teve um importante papel para a formação e integração da sociedade seiscentista de São Paulo (MONTEIRO, 1994, p. 8-9).

Durante o processo de expansão e ocupação do movimento colonizador para os sertões, os povos indígenas foram tidos pelos colonos e sesmeiros como um estorvo à economia pecuária. Formou-se, então, um quadro específico de conflitos, gerador da tensa fronteira entre um projeto

colonial extensivo e os índios considerados “tapuias”, que se levantaram contra uma ocupação invasora que comprometia a sua sobrevivência.

Além do mais, de acordo com alguns registros, costumava o gentio bravo do sertão da Bahia dar repentinos assaltos sobre algumas povoações remotas da cidade, com estrago das vidas e lavouras daqueles moradores, sendo mais contínuos e causando maior dano na vila do Cairu, pela muita gente que a habitava (PITTA, 1965, p. 289).

Conforme o Relatório de Alexandre de Sousa Freire de quatro de março de 1669, alguns índios atacaram os engenhos e distritos de Capanema, os campos vizinhos das serras e planícies de Itaporocas, os moradores de Cachoeira, e repetiram as hostilidades nas freguesias de Maragogipe, Jaguaripe e Jequiçá (DH, 5:205-216).

Estes ataques constantes dos tapuias do sertão aos povoados e fazendas do Recôncavo resultaram em uma série de expedições punitivas, estimuladas pelas autoridades e colonos, que entre os anos de 1651 a 1679 envolveram soldados, missionários, moradores e diversos grupos indígenas, entre eles os payayá, os quais tiveram um papel ambíguo nestes conflitos.⁴ Ora se aliando aos agentes coloniais, ora sendo alvo dos ataques destes.

A conquista do sertão das Jacobinas inicialmente foi desencadeada pelas expedições de Diogo de Oliveira Serpa (1651), Gaspar Rodrigues Adorno (1651-1654) e Tomé Dias Lassos (1656). Entretanto os índios do sertão continuaram a atacar os estabelecimentos coloniais, e a guerra contra eles desdobrou-se em várias frentes: do Orobó (1657-1659), de Aporá (1669-1673) e do São Francisco (1674-1679) (PUNTONI, 2002, p. 89-122).

Como parte dos planos para conter os “Tapuias”, o governador Vasco Mascarenhas (1663-1667), o conde de Óbidos, ordenou que se transferissem as aldeias das nascentes dos rios Iguape, Cachoeira, Maragogipe e Jaguaripe para as proximidades das povoações, onde supunha ser mais fácil observá-las e submetê-las. Muitos grupos payayá foram conduzidos em meados do século XVII para aldeamentos no Médio Paraguaçu, no vale da serra do Guairaru – Pedra Branca e Caranguejo – para servirem de “muralhas do sertão” contra outros grupos indígenas.

Por ordem do governador Vasco Mascarenhas em 2 de junho de 1665, o capitão Manuel da Costa Moreira, juntamente com o capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno, ficou encarregado, como cumprimento de uma promessa para contentar as aldeias descidas, de conduzir aos Principais dos índios aldeados na serra do Guairaru “algumas vaccas para fazerem curraes, e algumas cavalgaduras que eles pediram” pelo benefício e segurança que davam aos “moradores dos

districtos de Maragogipe, Cachoeira e Sapora” de “assistir naquelas paragens”. Ressaltam-se também as intenções do governador para com os índios, “segurando sua permanência por meio de terem bens que os obrigue a não usar de sua natural inconstância” (DH, 4:140-1).

Para garantir a segurança dos empreendimentos do projeto colonizador, a Coroa e as autoridades coloniais recorreram ao auxílio de bandeirantes (baianos e paulistas) e aos aldeamentos, onde confinaram os povos indígenas em espaços reduzidos e definidos. Essa política resultou na liberação das terras do sertão das Jacobinas, no acesso à mão de obra para o trabalho compulsório (escravização) e ao auxílio militar dos índios da família kariri.

Como bem lembrou Maria Regina Celestino de Almeida, as relações de contato entre os índios e a sociedade colonial eram sempre vistas como simples relações de dominação, impostas aos índios de tal forma que não lhes restava nenhuma margem de manobra, a não ser a submissão passiva (ALMEIDA, 2003, p. 27). Entretanto, novos estudos revelam uma complexidade nas relações entre os índios e os agentes coloniais, em que aqueles buscavam seus próprios interesses e objetivos a partir da negociação e resistência adaptativa, que se alteravam no decorrer do processo de conquista e colonização.

Como exemplo dessa atuação política indígena nos aldeamentos temos a Provisão de 2 de fevereiro de 1676, instrumento pelo qual se elegeu e nomeou Luiz Pinto Moreira como Capitão dos Índios dos Payayá da “Aldeia de sua Alteza, do Districto de Santo Antonio de Maragogipe”, por ser “Índio da mesma Nação, pessoa de valor, e experiência militar”. Dessa forma, ordenaram “ao Coronel daquelle districto lhe dê a posse, o hajam, honrem, estimem, e reputem por tal Capitão dos Índios da referida Aldeia, e aos Índios della façam o mesmo, e o obedeçam como devem, e são obrigados” (DH, 12:398-9).

Esta documentação revela que os índios tinham consciência de suas possibilidades de manobra na situação colonial para conseguir favores e do seu papel político na autoafirmação dos seus domínios e relativa equivalência de poderes.

Segundo Frei Marcos A. de Almeida (1998, p. 2), as missões representaram “uma estratégia política de sociabilidade” que viabilizou o projeto colonial, reduzindo os indígenas à fé católica pela catequese e à condição de força de trabalho disponível, além de liberar parcelas de terras dos seus territórios para serem arrendadas aos colonos.

Nas palavras de Regina de Almeida, os indígenas perdiam muito ao ingressarem nesses aldeamentos, pois viviam em condição subordinada, sujeitos ao trabalho compulsório, misturados

com outros grupos étnicos e expostos a doenças, conflitos e maus tratos. E o pior de tudo, eram proibidos de manifestarem suas tradições e práticas culturais, e obrigados a incorporarem novos valores como súditos da Coroa (2003, p. 129). Entretanto, mesmo diante dessa nova condição, longe de parecerem os apáticos “caboclos” que perderam suas identidades, os índios aldeados a reconstruíam e, para reivindicarem seus direitos, aprenderam a resistir usando os termos impostos pelos seus próprios conquistadores (ALMEIDA, 2003, p 259).

Após a Guerra dos Bárbaros no sertão das Jacobinas, as possibilidades de dispersão dos diversos grupos indígenas eram as “fugas para o mato”, e os aldeamentos missionários (jesuíticos, franciscanos, capuchinhos e carmelitas), régios ou os administrados por particulares. A partir da documentação parcialmente analisada percebemos as diversas possibilidades e respostas encontradas pelos índios do sertão das Jacobinas durante a confusão ocasionada pela Guerra dos Bárbaros e conflitos vividos no cotidiano dos aldeamentos, considerando o alargamento do campo das identidades provocado pela situação de Diáspora.

Referências

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulo de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
- ALMEIDA, Frei Marcos Antônio de. As Missões Franciscanas na Bahia Colonial: Juazeiro e Jacobina. In: *Ethnos*, ano II, n. 2 jan/jun. 1998. Disponível em: <http://www.biblio.ufpe.br>; Acessado em 03/05/2004.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “A pecuária e a produção de alimentos no Período Colonial”. In: SZMRECSANYI, Tamás (org). *História Econômica do Período Colonial*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002.
- ANTONIL, André João (Padre SJ João Antônio Andreoni). *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

- BARROS, Francisco Borges de (dir.) *Anais do Arquivo Público da Bahia e do Museu do Estado da Bahia*. . nº 3; Ano III; Vols. IV e V; Salvador: 1919
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3ª ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.
- COSTA, Afonso. *Jacobina Minha Terra, de antanho e de agora*. – Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, vol. II (1916).
- Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DH), 110 vols. Rio de Janeiro, 1928-1955.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz (séc. XVI)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- _____. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HEMMING, John. Os Índios do Brasil em 1500. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: a América Latina Colonial*. Vol. I. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.
- _____. *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2007.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- OTT, Carlos. *Pré-História da Bahia*. nº 7. Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.
- _____. *As culturas pré-históricas da Bahia: a cultura material*. v. I. Salvador: Bigraf, 1993.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca. In: *Revista do Centro de Estudos Bahianos*. Salvador: UFBA, 1985.
- _____. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista História*. São Paulo, n.129-131, p. 179-208, ago-dez./93 a ago-dez./94.
- PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa. Anotações de Pedro Calmon*. São Paulo: Editora Brasileira, 1965.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2003.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002.

SAMPAIO, Beatriz Dantas *et alli*. “Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um Esboço Histórico”. In CUNHA, Manuela (org). *História do Índio no Brasil*. 2° ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

URBAN, Greg. “A História da Cultura Brasileira segundo as Línguas Nativas”. In: CUNHA, Manuela (org). *História do Índio no Brasil*. 2° ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Vol. I. 3 ed. Petrópolis: Vozes/Brasília; INL, 1977.

VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia do Século Dezoito*. Vol. III Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Ed. Itapuã, 1968.

Notas

¹ Mestrando em História Social-UFBA, Bolsista FAPESB.

² Ver também HALL, Stuart. “Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior”. In: HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. pp. 25-48.

³ Os topins eram do tronco Tupi, mas devido aos seus supostos ataques aos estabelecimentos coloniais, por vezes eram identificados como tapuias.

⁴ Segundo Carlos Ott, um dos grupos que realizavam esses ataques eram os payayá. “Parece que já em 1558 Mem de Sá viu-se compelido a guerreá-los duramente, embora não se mencione seu nome; mas a julgar pela localização não seriam outros”. OTT, Carlos. *Pré-História da Bahia*. nº 7. Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1958. p. 20. Ver também VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Vol. II. 3 ed. – Petrópolis: Vozes/Brasília; INL, 1977. p. 37-9.